

comandante da Zona Aérea dos Açores que se integrem no âmbito desta subdelegação de competências.

6 de Junho de 2006. — O Comandante, *João Manuel Mendes de Oliveira*, TGEN/PILAV.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 13 659/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 31.º da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto, e verificados os requisitos previstos no artigo 2.º da Convenção Europeia de Extradução, considero admissível o pedido de extradição para a República da Roménia do cidadão de nacionalidade romena Saip Ecrem, que foi condenado pelas sentenças n.ºs 392 e 628, proferidas pelo Tribunal de Constantza.

Foi condenado pela primeira a uma pena única de 6 anos de prisão pela prática dos crimes de sequestro, extorsão e usurpação de funções e pela segunda à pena única de 8 anos de prisão, pela prática dos crimes de sequestro e extorsão.

Efectuado o cúmulo jurídico daquelas penas, Saip Ecrem encontra-se condenado a uma pena única de 8 anos de prisão.

14 de Junho de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Despacho n.º 13 660/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Segundo Protocolo Adicional à Convenção Europeia de Extradução e nos artigos 31.º e 48.º, n.º 2, da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto, e na sequência do pedido da República da Roménia, considero admissível o pedido de extradição do cidadão de nacionalidade romena Moldovan Florin Marinel por, no âmbito do processo n.º 2676/2003, que corre termos pelo Tribunal de Bistrita, ter sido julgado e condenado, à revelia, pela prática do crime de dano, previsto e punível pelo artigo 212.º do Código Penal português.

14 de Junho de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Louvor n.º 520/2006. — A licenciada Maria José Bairrão Mota de Matos, directora de serviços de Planeamento, Documentação, Estudos e Relações Internacionais, da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, foi nomeada pelo despacho n.º 25 015/2002 (2.ª série), de 11 de Novembro, para o cargo de subdirectora-geral dos Serviços Prisionais.

Tendo autorizado, nesta data, o seu pedido de cessação das referidas funções, que exercia actualmente em regime de gestão, e o conseqüente retomar do cargo de directora de serviços, não posso deixar de manifestar o meu apreço pela forma como desempenhou as funções que agora findam.

22 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 13 661/2006 (2.ª série). — Considerando que foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70, de 7 de Abril de 2006, na bolsa de emprego público com o código de oferta OE200604/0102 e no jornal *Diário de Notícias* de 8 de Abril de 2006, que a Secretaria-Geral do Ministério da Justiça pretendia seleccionar o titular do cargo de chefe de Divisão de Recursos Humanos, ao qual compete exercer as competências resultantes do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 83/2001, de 9 de Março — Lei Orgânica da Secretaria-Geral;

Considerando que, nos termos do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço»;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo «a escolha deverá recair no candidato que em sede de apreciação das candidaturas melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço»;

Considerando ainda que, das candidaturas apresentadas, se verifica que o candidato Luís Cecílio Vidal Gonçalves, cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e evidente experiência em cargos de direcção superior de 2.º grau, direcção intermédia de 2.º e 1.º graus, que melhor se adequa às atribuições supra-referidas e aos objectivos fixados;

Nomeio, em comissão de serviço, o assessor do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, Luís Cecílio Vidal Gon-

çalves, para o cargo de chefe de Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2006, sendo efectuada por urgente conveniência de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

7 de Junho de 2006. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular

Nome — Luís Cecílio Vidal Gonçalves.

Idade e data de nascimento — 43 anos, 12 de Março de 1963.

Naturalidade — freguesia de Anjos, Lisboa.

Categoria — assessor da SGMJ (2006).

Habilitações literárias — licenciado em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (1986, 14 valores).
Actividade profissional na Administração:

2003-2006:

Técnico superior principal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

Director de serviços do Gabinete Jurídico da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

Coordenador da Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

Coordenador da Divisão de Planeamento e Programação de Investimento da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

2000-2003 — técnico superior principal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado;

1990-2000:

Subdirector-geral do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça;

Director de serviços de Planeamento e Coordenação Técnica do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça;

Vogal suplente do Ministério da Justiça no Conselho Superior de Estatística;

Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça;

Estagiário da carreira técnica superior e técnico superior de 2.ª classe do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 13 662/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Junho de 2006, por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 17 de Fevereiro de 2006), em alteração ao movimento de oficiais de justiça de Novembro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 17 de Abril de 2006, aviso n.º 4709/2005:

Marinho Porto Pires, técnico de justiça auxiliar nos serviços do Ministério Público do Tribunal de Instrução Criminal e Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa — nomeado, por transição, para o lugar de escrivão auxiliar da Secretaria-Geral de Execução do Porto (*Bom/s/n*). (Prazo de aceitação — cinco dias.) (Nomeação isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Junho de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Instituto de Reinserção Social

Aviso n.º 7297/2006 (2.ª série). — *Concurso interno de acesso geral para chefe de secção.* — 1 — Autorizado por meu despacho e ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, encontra-se aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso para preenchimento de um lugar na categoria de chefe de secção de Económico e Inventário do quadro de pessoal do Instituto de Reinserção Social, constantes do Decreto-Lei n.º 204-A/2001, de 26 de Julho, e do mapa anexo à Portaria n.º 686/95, de 30 de Junho.

Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de Março: «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»